

HABEAS CORPUS Nº 570.858 - SP (2020/0080484-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ALESSANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ALESSANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA - SP355071
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALAILTON ALVES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALAILTON ALVES DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2288776-94.2019.8.26.0000).

O impetrante afirma, em síntese, que o paciente foi impronunciado nos autos da ação penal na qual se apura o fato supostamente delituoso que ensejou a sua regressão de regime prisional.

Requer, assim, a restabelecimento do regime aberto, especialmente diante do risco do contágio pelo coronavírus – Covid-19.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator